

**PARECER JURÍDICO Nº 28/2020.**  
**LICITAÇÃO – VÍCIO NA PUBLICIDADE**  
**DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**  
**– ANULAÇÃO - POSSIBILIDADE.**

Cuida-se de licitação visando o registro de preço de futura e eventual aquisição de materiais de cantina, em fase de habilitação.

Informa o Memo nº 023/DELI/2020 (fls. 81/82), que encerrada a etapa da disputa, a empresa convocada noticiou não ter localizado o Anexo II do Edital, que trata dos requisitos da licitação, o que foi confirmado então pelo Departamento de Licitações – DELI.

O processo foi instruído com os documentos inerentes à licitação (fls. 02/80), demais do Memo nº 023/DELI/2020 (fls. 81/82).

É, em breve síntese o relatório.

Em resumo, constatou-se, após notícia do interessado, que o Anexo II do Edital de Licitação não foi publicado.

O RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contratos estabelece em seu art. 46, os elementos do instrumento convocatório, dentre os quais, os requisitos para habilitação (inciso VIII).

A ausência de elemento definido pelo art. 46 do RILC caracteriza vício do instrumento convocatório e pode restringir a competitividade.

Isto posto, na seara do Direito Administrativo, “*diversas são as causas que determinam a extinção dos atos administrativos ou de seus efeitos. Duas delas são as mais comuns e importantes: a revogação e a anulação...*”.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 414.



A anulação decorre de atos viciados, podendo ser promovida tanto pela Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário, enquanto a revogação ocorre em razão da conveniência e oportunidade do ente que exarou o ato.

Nesse sentido é o entendimento do STF:

Súmula nº 473

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.


O entendimento acima exarado está descrito no art. 105 do RILC:

Art. 105 A Autoridade Competente para homologar o resultado do certame poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

§ 1º A nulidade do processo licitatório, do procedimento de dispensa ou de inexigibilidade de licitação induz à nulidade do contrato.

§ 2º Iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de se conceder o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que os Licitantes possam exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa prévios, salvo no caso de manifestação expressa e prévia de todos os Licitantes renunciando esse direito.

Para a doutrina, a anulação é *"poder-dever da Administração, mas pode ser feita pelo Judiciário, fundamentando-se na ilegalidade e consequente nulidade do processo. A doutrina recomenda, para a anulação, a ocorrência de justa*



causa, conforme previa o art. 740 do Código de Contabilidade e a Súmula 473 do STF<sup>2</sup>.

Portanto, há causa para anulação.

Nesse sentido converge a jurisprudência:

A Administração Pública constatando vícios de qualquer natureza em procedimento licitatório tem o dever de anulá-lo, em homenagem aos princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade" (REsp nº 686.220/RS, 1ª T., rel. Min. Jose Delgado, j. em 17.02.2005, DJ de 4.04.2005).


Cumpre destacar que no procedimento de anulação deverá ser garantido aos licitantes o contraditório e a ampla defesa, especialmente comunicação prévia aos interessados da intenção de anular a licitação.<sup>3</sup>

3/3

Salienta-se, por fim, que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Esta Superintendência efetua a análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade do negócio, bem como dos demais aspectos administrativos, comerciais, econômico-financeiros e técnico-operacionais. Os documentos que instruem os presentes autos são de responsabilidade exclusiva das áreas requisitante/gestora do processo.

É o parecer.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2020.



Petruska Laginski Groth  
Advogada I

<sup>2</sup> MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas Licitações e contratos**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. p. 610-611.

<sup>3</sup> Assegure, antes de proceder à anulação de processos licitatórios, o estabelecimento do contraditório e da ampla defesa aos licitantes, conforme previsto no art. 49, § 3º, da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão 1230/2008 Plenário).